CÉSAR ARAÚJO

«Defendo a existência de associações que trabalhem os seus sectores»

Proveniente de uma família de alfaiates, César Araújo desde cedo seguiu as pisadas do pai e, juntamente com o irmão Marco, transformou um pequeno negócio familiar numa das maiores empresas da indústria de vestuário em Portugal. A Calvelex emprega hoje cerca de 700 pessoas, divididas por três unidades industriais e dois centros logísticos, exportando a totalidade da sua produção, realizada exclusivamente aquém fronteiras.
É esta bem sucedida experiência de empresário que César Araújo quer usar e transmitir durante o seu atual mandato como presidente da direção da ANIVEC - Associação Nacional das Indústrias de Vestuário e Confecção, que, depois de um período de reestruturação, está agora, mais do que nunca, empenhada em ajudar a fileira do vestuário e moda a ganhar mundo.

Como surge a sua ligação à indústria de vestuário?
O meu avô era alfaiate e o meu pai também, tendo fundado o seu próprio negócio. Eu e o meu irmão seguimos as suas pisadas e criámos, em conjunto, a nossa empresa. Comecei com 16 anos e tenho mais de 30 anos de atividade na indústria do vestuário.

No início, quantas pessoas trabalhavam na Calvelex?
Eramos 20 e trabalhávamos unicamente para o mercado nacional. Nos finais dos anos 80 começámos a exportar e o nosso primeiro mercado externo foi os EUA. Hoje temos três unidades industriais, dois centros logísticos e empregamos cerca de 700 pessoas em Portugal.

O que motivou um reconhecido industrial do vestuário a assumir a presidência da ANIVEC, num momento em que a associação atravessava graves dificuldades?
É importante frisar que a minha empresa, a Calvelex, é associada da ANIVEC há muitos anos, quase desde sempre, e que este é um desafio coletivo de várias empresas e empresários que entenderam que, num momento difícil da associação, deveriam assumir as suas responsabilidades e não fugir ao trabalho.
Quando analiso o processo de reestruturação da ANIVEC, concluo que o desaparecimento desta associação em Portugal teria um efeito negativo na imagem nos nossos mercados exportadores, porque é a maior associação da indústria de vestuário e moda. Se a ANIVEC desaparecesse, os nossos concorrentes diretos de outros países iam dizer que não tínhamos indústria. E depois como a ANIVEC tinha, e continua a ter, um grande leque de associados que se manteve unido e ativo em torno da associação – aos quais a ANIVEC nunca deixou de prestar os seus serviços –, estavam reunidas as condições para mostrar ao exterior que Portugal tem uma indústria de vestuário e moda muito forte. Por isso é que abracei este projeto com muita paixão.

Como está hoje a saúde financeira da associação, face aos seus problemas passados?
O processo de reestruturação financeira e organizacional já está totalmente concluído. Este processo de reestruturação teve muito a ver com dificuldades financeiras que a associação viveu no passado, em que alguns projetos correram muito bem, enquanto outros correram muito mal e geraram resultados muito negativos. Mas volto a sublinhar que, mesmo nos momentos mais delicados, a associação nunca deixou de prestar os seus serviços aos mais de 600 associados.
A globalização veio desestruturar um conjunto de dinâmicas, e nos casos dos países onde a indústria de vestuário tinha um grande peso, os encerramentos e as deslocalizações para países de mão de obra barata, também vieram criar um certo constrangimento às associações do sector. E por isso agora nos reestruturamos e readaptamos aos novos tempos, à atual realidade do mundo industrial.
A ANIVEC tem um passado com mais de 80 anos e uma história muito rica, com raízes no início do século XIX. No presente possui uma direção e associados que lhe garantem credibilidade para um futuro que iguale esse prestigiante passado.
É certo que a ANIVEC teve dificuldades nos últimos quatro anos, mas a sua longa história está cheia de momentos altos, importantes e prestigiantes para o sector do vestuário e moda nacional. Todos reconhecem que a ANIVEC durante muitos anos, até décadas, foi a associação mais inovadora e representativa do sector, e um exemplo para outros sectores. Em muitos aspetos já está a ser outra vez e vai ser ainda mais.

Quais são os principais objetivos e metas do mandato desta nova direção?
Atualmente existe uma enorme falha de mercado no associativismo industrial em Portugal. A maioria das associações está presa a lógicas de projetos subsidiados e perdeu completamente o sentido de servir as empresas associadas. Vivem ciclos viciosos em que a associação e projeto se autoalimentam e justificam-se em si mesmo, esquecendo o objetivo que é servir as empresas, a razão da sua existência.
A nossa equipa de direção pretende colocar sempre em primeiro lugar as empresas e é para as empresas que vamos trabalhar, para garantir um futuro aos nossos trabalhadores e à nossa indústria, para um Portugal melhor. Se tivermos uma indústria forte, temos um país forte.

Esse é o seu projeto e o seu leitmotiv. Que iniciativas vai empreender para concretizar tal ambição?
Temos vários temas e frentes de trabalho, mas destaco a prospeção e acesso a novos mercados – estamos muito empenhados nas

negociações do TTIP, o acordo comercial UE/EUA –, a negociação coletiva do trabalho de uma forma inovadora, o acesso das empresas ao financiamento, a relação do nosso sector com as principais regiões onde se situam as nossas indústrias, entre outros temas.
Estamos a dialogar com muitas empresas associadas e em breve daremos mais novidades. Mas acredito que alguns dos temas nos quais temos representado o sector do vestuário e moda, como por exemplo, o TTIP que está a ser negociado vai ser muito importante no desenvolvimento dos negócios das empresas ao nível das transações entre a Europa e os EUA.

Que projetos tem já a associação alinhavados no âmbito do Portugal 2020?
O objetivo da ANIVEC é sobretudo abrir caminhos, para que o Portugal 2020 tenha capacidade de ser realizado com sucesso nas empresas do nosso sector. Estamos preocupados em ajudar as empresas a terem condições para se poderem candidatar e contribuir para que os seus projetos sejam bem sucedidos.
O Portugal 2020 também é importante enquanto instrumento para cumprimos a missão da ANIVEC de servir e resolver os problemas das empresas. Estamos a preparar projetos com o CENIT mas sem nos desviarmos do nosso caminho. Existem muitos desafios e serviços que não podem passar pelo Portugal 2020.
Se as associações não tiveram consciência disso, ficam viciadas na subsidiodependência e não cumprem a sua missão.

Nesse âmbito, que matérias estão atualmente a desenvolver para ajudar as empresas?
Uma das coisas importantes a resolver já é a caracterização das PME's, porque isso prejudica gravemente a nossa indústria. Este ponto está a ser uma grande luta nossa para alterar os critérios. Neste campo temos desenvolvido um trabalho de lobby para que a classificação das PME's seja revista. O critério dos 250 trabalhadores não faz sentido no nosso sector porque somos uma indústria de mão de obra intensiva.

Em que medida é que isso prejudica a indústria?
As empresas que tenham mais do que 250 trabalhadores ficam excluídas de vários apoios financeiros previstos no Portugal 2020.
Em Portugal ainda temos um nível de desemprego superior a 600 mil pessoas e quando criamos emprego acima de 250 trabalhadores somos penalizados. Hoje, as PME's têm de ter menos de 250 trabalhadores, um Balanço Total inferior a 43 milhões euros ou um volume de faturação abaixo dos 50 milhões de euros. A nossa luta é conseguir que apenas sejam considerados dois dos três critérios, quaisquer que eles sejam. Por exemplo, uma empresa continuaria a ser PME se tiver mais de 250 trabalhadores e os outros dois critérios com valores inferiores aos limites definidos. Porque repare, uma empresa que tem 10 pessoas em Portugal, produz em países de mão de obra barata e tem lá mil e tal pessoas, exporta para Portugal e de Portugal exporta para outros mercados é considerada uma PME e tem todos os benefícios. Uma empresa que crie emprego aqui e que produz em Portugal, é prejudicada…como é que o Estado premeia a criação de emprego? Tira-lhe todos os incentivos e caracteriza-a como uma empresa grande?

E no caso do TTIP?
Estamos a bater-nos muito para defender a nossa indústria nestas negociações. Se o TTIP não for bem acautelado, as empresas industriais em Portugal podem perder capacidade competitiva e até desaparecer, porque podem ser fortemente penalizadas. Esta situação exige a melhor atenção dos nossos representantes neste processo negocial. O que queremos é que se garanta a transformação da matéria-prima em produto acabado, que o país de origem seja pela transformação e que haja um certificado que garanta a origem, o "made in".
Temos que promover o nome de Portugal com fornecedor de alta qualidade e isso estará necessariamente relacionado com a transformação, e não com o facto de uma peça vir cá fazer uma bainha e isso dar-lhe o direito ao "made in Portugal".
Temos que ter a ambição de tornar Portugal numa referência mundial para a produção de produtos de vestuário de alto valor acrescentado.

E na sua ótica, então como deve ser?
No vestuário a transformação é a partir do tecido e termina no produto acabado, onde inclui o corte e a confeção. Mas agora, o mais grave é que querem eliminar a etiqueta do "made in" nas peças. No nosso entendimento, todas as peças devem ter a correta identificação com uma etiqueta do "made in" e a obrigatoriedade de um certificado de origem.
Além do mais, esta informação é muito importante, na medida em que é uma forma do consumidor estar informado do produto que vai adquirir. Mais ainda, o novo consumidor gosta de, e muitas vezes exige, saber qual a origem do produto.

Há outras frentes de combate da ANIVEC em prol da indústria têxtil e vestuário?
O contrato coletivo de trabalho continuará a merecer toda a nossa atenção, porque uma das maiores preocupações da ANIVEC é promover na indústria de vestuário nacional um ambiente de trabalho amigável entre empresários e trabalhadores. E não só nas relações de trabalho, mas também entre a nossa indústria e as instituições públicas e todos os sectores que se relacionam com o sector do vestuário. Nós temos que ter um ambiente de trabalho e condições de trabalho amigáveis. E, por isso, a ANIVEC está a trabalhar para que haja esse equilíbrio entre as empresas e os seus trabalhadores. A ANIVEC procurará sempre desenvolver o trabalho que se impõe a uma associação patronal e poupar as empresas de tensões nas relações laborais.
O financiamento às empresas é igualmente uma questão importante em todas as vertentes, mas vamos dar uma especial atenção à reestruturação financeira e à recapitalização das empresas. Estamos também a estabelecer parcerias com instituições financeiras para as incentivar na disponibilização de linhas de financiamento ao nosso sector.
A sucessão nas empresas também é outra das questões que tem merecido a nossa atenção e num futuro próximo pretendemos avançar com um amplo debate para desenvolvermos soluções para este problema.

A ANIVEC fundou o CENIT juntamente com a ATP em 2007 e, há três meses atrás, comprou a quota da ATP. Com que objetivo?
Os nossos planos iniciais passavam por transferir competências, serviços e projetos para o CENIT, criando assim entendimentos, pontes e um espaço de colaboração com a ATP. Esta teria sido uma excelente forma de trabalho conjunto e de aproximação, mas a ATP não tinha a mesma opinião e não quis.

O que quer dizer com "não quis"?
A ATP preferiu uma separação total e propôs-nos que comprássemos a sua parte no capital do CENIT, o que do meu ponto de vista é um retrocesso no desejável esforço de colaboração entre associações. Mas acabamos por adquirir essa participação.
Depois disso, e apesar de no protocolo de entendimento estabelecido para o acordo da venda da participação da ATP no CENIT estar ainda prevista a possibilidade de colaboração na área do Jornal Têxtil e do portal Portugal Têxtil, e da ANIVEC ter posteriormente renovado o convite para que a ATP integrasse um órgão de gestão destes meios de comunicação do sector, mais uma vez a associação não quis…

Não defende a fusão associativa na indústria têxtil e vestuário?
Há especificidades na indústria de vestuário e moda que só uma associação dedicada a este sector está preparada para as compreender e defender. A globalização, por exemplo, foi feita de forma selvagem e sempre em prejuízo da área da confeção; se houvesse uma associação de vestuário forte na Europa não teria existido essa globalização selvagem porque os interesses da indústria do vestuário teriam sido mais bem protegidos.
O facto de não existir uma associação de vestuário forte na Europa também se reflete nas diferenças abismais nos direitos aduaneiros. Por exemplo, ao exportarmos para o Brasil pagamos 98% de direitos aduaneiros. E o Brasil exporta o mesmo produto para Portugal e para a Europa com taxas de 13%. Ao exportarmos para os EUA temos algumas quotas aduaneiras e direitos que poderão ir até aos 35%. Os EUA exportam para a Europa e pagam 13%. A Turquia e o Egito exportam para a Europa e estão isentos de direitos aduaneiros. A Turquia desvalorizou a lira turca num valor superior a 30% desde o início do ano…
Em Portugal, a nossa indústria está sujeita a ameaças e dificuldades porque não dispõe de instrumentos que lhe permita alavancar e defender a sua competitividade da mesma forma. Por isso, estamos a sofrer há muitos anos de uma forte concorrência desleal.
Só uma associação industrial dedicada ao vestuário tem sensibilidade para estas questões porque os seus empresários associados lidam

diariamente com estas situações desleais.
E temos que reivindicar aos governantes e dirigentes europeus e nacionais menos batota nos acordos comerciais, onde a indústria de vestuário é sistematicamente dada como moeda de troca.

Para si, só uma associação de vestuário defende bem o vestuário?
Sabe que a indústria de vestuário é mais de mão de obra intensiva, enquanto a indústria têxtil é mais de capital intensivo. Só aí já temos uma diferença muito significativa.
Mas o facto de serem sectores diferentes, com especificidades distintas não quer dizer que não existam entendimentos e que as associações não conversem e não colaborem. As associações da indústria têxtil e as associações da indústria do vestuário deveriam trabalhar juntas. Os principais concorrentes da indústria têxtil e de vestuário não estão em Portugal, mas sim no exterior e, por isso, devemos dinamizar todas as complementaridades, potencialidades e sinergia dos dois sectores.

O CENIT detém os dois principais órgãos de informação da ITV – o Jornal Têxtil e o Portugal Têxtil. Que mudanças para estes projetos vai implicar a alteração acionista?
Do ponto de vista de linha editorial, que é o assunto mais relevante, não vai existir qualquer alteração.
Os órgãos de comunicação do CENIT vão continuar a ser independentes, profissionais e abrangentes a toda a fileira têxtil, vestuário e moda. O Jornal Têxtil tem 18 anos e o Portugal Têxtil faz 15 para o ano e são dois meios de comunicação que foram pioneiros em Portugal, que serviram e servem de exemplo para muitos outros sectores de atividade. Por isso vão continuar exatamente com a mesma missão.

E para o CENIT, enquanto instituição, vai haver alterações na sua linha de ação?
O CENIT vai centrar-se nos serviços e apoio às empresas e na promoção de projetos no âmbito do Portugal 2020. Enquanto a ANIVEC, como associação de empresas, vai focar-se na defesa dos interesses do sector e das suas empresas, na representatividade do sector a todos os níveis – político, laboral, internacional, comunicação social – e nos serviços aos associados. A ANIVEC terá sempre a preocupação em projetar uma imagem positiva e real do sector e criar o tal ambiente amigável que já referi.

A ANIVEC esteve igualmente ligada à criação do Citeve, do Citex e Civec (atual Modatex). Que papel pretende a associação desempenhar no futuro próximo de ambas as instituições?
A ANIVEC tem uma grande proximidade com estes dois centros de apoio ao sector, mas pretendemos estar ainda mais envolvidos nas suas atividades e garantir todas as condições para que possam cumprir a missão para que foram criados.

Pelo contrário, a ANIVEC decidiu não participar na criação do recente Cluster Têxtil: Tecnologia e Moda. O que ditou esta posição?
É um processo que ainda não está encerrado. O que aconteceu é que ainda não estamos de acordo com o modelo de gestão proposto para esta nova estrutura. Se não forem acauteladas algumas situações, corremos o risco de termos mais uma associação que pode concorrer com as estruturas existentes e que já são muitas. Inclusive, com as próprias associações empresariais do sector.
Mas somos acionistas e fundadores do Citeve, fazemos parte da direção do Modatex, por isso, de uma forma ou de outra, estamos sempre lá.
Agora, sem ter o modelo de gestão adequado, sem nos explicarem bem a missão e modus operandi, não avançamos porque estamos seguros que mais tarde haverá problemas.
Em grande parte, a missão que se pode antever para esta nova associação já é, ou poderia ser, cumprida pelas estruturas existentes, associações empresariais do sector, Citeve e Modatex. Eramos, e somos, da opinião que a melhor solução seria apoiar e potenciar as estruturantes já existentes.
Temos dificuldade em compreender que, por um lado, se tente limitar ou encerrar as estruturas existentes e depois venham dizer que é necessário criar novas estruturas associativas.

Dever-se-ia, no seu entender, prosseguir a aposta no Polo da Moda?
Sim, é importante também relembrar o cluster que o sector têxtil e o sector do vestuário já tinham em colaboração com o sector do calçado e outros, a associação Pólo da Moda. Estávamos mais de acordo com esta visão abrangente e integradora como grande plataforma de colaboração.
Esta estrutura era de facto inovadora e não se sobrepunha às estruturas dos nossos sectores porque abria a fileira moda ao sector do calçado, com a participação da APICCAPS, e ao sector da ourivesaria.
Em parte, mas agora sem calçado e ourivesaria, são os mesmos atores. Se não funcionou antes, não vi nada de novo que me garanta que agora vai funcionar.
Mais uma vez, parece-me que estamos naquelas lógicas apressadas que não são suficientemente refletidas e com adesão à realidade, e depois criam-se mais estruturas associativas artificiais.
Do ponto de vista estratégico e de plataforma de conversação e de colaboração, o Pólo da Moda, apresentava muito mais interesse porque abria um espaço mais amplo com a integração de sectores complementares aos nossos – o calçado e a ourivesaria. Tínhamos uma verdadeira fileira da moda para todos colaborarmos com um potencial muito mais interessante pela riqueza e diversidade de atores.

Que modelo de associativismo defende para o sector hoje enquanto presidente da ANIVEC?
Defendo a existência de associações que trabalhem os seus sectores específicos, mas que trabalhem juntas nas plataformas especializadas existentes, como é o caso do Citeve, do Modatex e como foi, e deveria ter continuado a ser, o caso do CENIT. Deste trabalho de colaboração em conjunto seria ótimo e desejável que resultasse uma maior proximidade entre as associações. Mas as relações têm que ser o resultado de trabalho e de confiança e devem ser sempre francas e construtivas, qualquer que seja o nível a que se estabeleça, e não de boicote.
E enquanto liderar a ANIVEC, a única associação dedicada à indústria de vestuário e moda, vou defender sempre estes princípios.

Quais são as grandes questões que preocupam hoje a indústria de vestuário, até porque, além de presidente da ANIVEC, é um industrial do sector?
Acho que os empresários devem estar mais envolvidos na vida associativa e nas atividades da sua associação. As associações têm que ser uma plataforma de concertação de visões e vontades, caso contrário acabam por não cumprir a sua função e afastam-se da sua missão de servir a indústria e as empresas associadas.
Do ponto de vista estratégico, entendo que indústria de vestuário nacional tem que conquistar novos mercados. Temos também que promover a imagem do nosso sector no país e a imagem do "made in Portugal", que é um produto de qualidade. Temos que continuar a diferenciar-nos pela qualidade, pelo serviço e pela criatividade do produto que fazemos.
A conquista dos novos mercados tem que ser efetuada de uma forma completamente diferente do tem sido feito, as empresas tem que ir em conjunto, mas só depois de um trabalho cá de articulação e preparação entre empresas para que os resultados sejam efetivos.
Temos ainda um problema que é a gestão dos recursos humanos em Portugal. Nós temos mais de 600 mil desempregados, porque incentivamos e financiamos o desemprego. Não premiamos o emprego em Portugal. Neste âmbito,temos estado em contato com o Governo português propondo soluções fiscais que incentivem a procura do trabalho e o trabalho extra.

E quais são as oportunidades que se descerram para a indústria de vestuário? São várias, mas desataco os novos mercados…
Vivemos uma fase de enormes desafios, positivos e negativos. Os modelos de negócio estão em constante ajustamento para se manterem competitivos.
A China é a segunda maior potência mundial, com mais de 1,3 mil milhões de habitantes, quer dizer que um quinto da população mundial está ali e com cada vez mais poder de compra, por isso há um grande mercado a conquistar. Talvez a distância geográfica e cultural provoque receio aos industriais nacionais mas, em conjunto, podemos partilhar esse risco e ultrapassar essas barreiras.
Se o TTIP for bem negociado, os EUA são também um mercado muito importante. Mas temos também o Canadá, a Coreia do Sul, o Japão e outros.
Temos que ter uma nova ambição para o sector do vestuário e moda nacional, que precisa de ir muito mais longe do que tem sido proposto.
Acredito muito na capacidade dos empresários do sector da confeção, vestuário e moda em Portugal, mas é necessário mais visão, ambição e profissionalismo.
Os empresários têm também que estar conscientes que muito do que podemos fazer depende deles. Na ANIVEC estamos disponíveis para ouvir e reunir com todos que queiram contribuir para esta nova ambição coletiva.